

MUSEUS, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, E CIÊNCIAS – CONTRADIÇÕES E EXCLUSÕES

Maria Margaret Lopes

Polêmicas em torno da questão dos papéis educacionais que cabem aos museus de ciências não datam de hoje. Também não datam de hoje discussões sobre o papel reservado ao 'público' nos museus. No entanto nessas polêmicas, as dimensões históricas dos próprios museus, da educação e das ciências estão freqüentemente ausentes. Esse artigo introduz tais temas, para sugerir que perspectivas históricas também poderiam trazer contribuições para as práticas atuais envolvendo museus de ciências e públicos escolares ou não.

A partir da reorganização do Muséum d'Histoire Naturelle (Museu de História Natural) de Paris, em 1793, os museus consolidaram o modelo de instituições a serviço da instrução pública, apoiados na concepção de que a observação direta era uma fonte privilegiada de conhecimentos. Este mesmo museu que se tornou a instituição modelar do caráter público dos museus, já traz em sua origem a demarcação entre os papéis dos profissionais e do público. Em sua *"Mémoire sur les cabinets d'histoire naturelle, et particulièrement sur celui de Jardin des Plantes"* (Memória sobre os gabinetes de História Natural e particularmente sobre aquele do Jardim de Plantas) de 1790, Lamarck criticava as coleções do Muséum de Paris por estarem divididas somente entre os reinos animal, vegetal, mineral, onde várias espécies estavam identificadas apenas por seus nomes vulgares. Obrigado a partilhar exatamente os mesmos espaços físicos das exposições com o público curioso, Lamarck protestava contra os "desocupados, que viam na visita oportunidades de diversão". Introduzia uma mudança essencial na concepção dos museus - os horários de visita - os "desocupados" só teriam acesso às coleções pela manhã. Duas são as propostas essenciais de Lamarck, definidoras de novas concepções de museu, que acompanharão tais instituições: o caráter científico de suas coleções e a redefinição da vocação pública do Muséum (Kury e Camenietzki, 1997, p.63). Apesar das contradições, as novas práticas sociais, seu caráter pedagógico e comunicacional mais amplo, tornaram o museu essencialmente público, mesmo que as noções sobre suas missões educativas e comunicativas, sobre suas diversidades de públicos tenham se alterado com o próprio museu.

No caso brasileiro, o Museu Nacional do Rio de Janeiro organizado desde 1818, sempre foi aberto ao público, primeiro às quintas-feiras e depois também aos domingos e funcionou desde seus primeiros anos como um órgão consultor governamental para pesquisas em recursos naturais. Sediou aulas das

faculdades de Engenharia e Medicina da Corte, cujos professores de Mineralogia eram também diretores do Museu. Organizou expedições e sociedades científicas e os *"Archivos do Museu Nacional"* se constituíram na primeira revista científica sistemática e duradora exclusivamente dedicada às ciências naturais no país. Na ausência de Universidades no país, o Museu Nacional se consolidou como a principal instituição científica do século XIX. Ministrou cursos e realizou conferências públicas de divulgação das ciências que lá se praticavam, permitindo inclusive o acesso às mulheres, impedidas até 1879, de frequentar os cursos superiores existentes (Lopes, 1997).

Para o final do século XIX, à época, em que a 'lição das coisas' se colocava mais uma vez como condição indispensável para a educação da juventude e das populações urbanas incultas, todos os museus brasileiros ressaltaram a importância dos fins públicos e educativos de suas exposições. Longas séries, peças e esqueletos completos foram fundamentais para atrair o público que se supunha incapaz de compreender o todo de um animal ou de uma cultura, apenas pela observação dos fragmentos, que bastavam ao especialista (Podgorny, 1995).

Os registros estatísticos dos museus passaram a conferir cada vez mais páginas à rubrica público visitante, na expectativa de mais verbas e no cumprimento de suas missões civilizadoras. Mas as antigas contradições se recolocavam. Dicotomia entre pesquisa e ensino, traduzida agora pela separação de coleções de estudo e coleções de exposição; cargos de professores em oposição aos de botânicos, paleontólogos, zoólogos; museus complexos ou museus especializados; maior ou menor valorização dos aspectos educativos para amplos públicos, essas foram as marcas específicas, locais, que assumiram as questões centrais em que se debateram os museus em todo o mundo e também no Brasil na transição para o século XX.

Desde as primeiras décadas do século XX as perspectivas, exposições e coleções históricas e educativas já estavam presentes nos estatutos e na ação concreta do Museu Nacional brasileiro. Culminando esse processo, o Museu Nacional introduziu no contexto dos movimentos pela "Escola Nova", sua seção de "Serviço Educativo", já na década de 1930. Neste período, localizamos as raízes da "escolarização dos museus", de que padecem até hoje muitos dos museus brasileiros. Trata-se dos processos de redução da ação comunicativa e cultural, que cabem aos museus, limitando-os a meros apêndices de atividades escolares e curriculares (Lopes, 1991).

Na década de 1920, no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil, o Museu Nacional do Rio de Janeiro influenciaria profundamente a criação do primeiro Museu Histórico Nacional. E o Museu de São Paulo – o Museu Paulista, até então um museu de História Natural - localizado no sítio da proclamação da Independência, se transformaria também em Museu Histórico. Nas palavras de seu diretor em 1922, a natureza das festas comemorativas do Centenário da Independência, colocava “*a História Natural em segundo plano para pôr em vivo destaque a necessidade da glorificação das tradições brasileiras e paulistas*”.

À musealização da identidade local, então também referencial nacional, não interessava mais a exibição da heterogeneidade e do exotismo das riquezas naturais do território e dos seus primeiros habitantes, que aliás o café e o progresso, quando não exterminaram já haviam homogeneizado. Interessava agora musealizar o discurso da história oficial, dos heróis paulistas, como José Bonifácio de Andrada e Silva, diretamente ligado à Independência, ainda mais no sítio em que esta se consumara. Aí situamos as origens da chamada musealização da história oficial, que persiste ainda hoje em muitos dos museus brasileiros. Musealização essa, que se apoia em visões do mundo positivistas que distinguem um objeto de centenas de outros similares baseada na concepção histórica dos grandes feitos e grandes homens - e em geral não de grandes mulheres - e na reunião das peças consagradas como raras, únicas, originais, autênticas.

Esta história musealizada do país, continuou com os novos museus que se criaram nos institutos de pesquisa e posteriormente nos departamentos das Universidades nas décadas de 1930 e 1940, que excluíram de seus propósitos a investigação científica. Os museus já não eram mais locais de ‘produção’ do conhecimento científico, e foram transformados em meros ‘apêndices’ dessas instituições, tão bem explicados por Waldisa Rússio (1977). Locais de exibição, que frequentemente até hoje excluem públicos, conservadores de coleções de estudo ou de ciências sancionadas, prontas para serem ensinadas, esses museus compartilharam em certa medida a ‘inércia’ em termos de constituição de museus, que Rússio (op.cit) atribuiu ao período.

O avanço da industrialização dos anos finais de 1950 trouxe à cena, propostas como exposições industriais chamadas “Museus do Progresso”, realizadas em São Paulo em 1958, ou o Museu de Ciência e Tecnologia de São Paulo, de 1960, que partiam do princípio de que as cidades modernas não poderiam deixar de ostentar ao lado de galerias de arte e museus históricos, museus de ciências e técnicas. Estes projetos diferentemente dos antigos museus de História Natural, e influenciados pelo dinamismo dos modelos dos ‘science centers’ norte-americanos, pela ideologia tecnicista que começava a invadir as propostas educacionais no país, atestavam seu compromisso com as visões de progresso inquestionável das ciências e a eficiência

das técnicas. Na década de 1950, as esperanças do país do futuro, depositadas em São Paulo, e sonhadas para serem exibidas nos novos museus, apoiavam-se agora na indústria e na tecnologia.

Novas esperanças foram retomadas no ‘boom’ de criação e recuperação de museus de ciências nos anos de 1980, por iniciativa do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) em todo país. Além, de Centros de Ciências com objetivos claramente mais pedagógicos, que se espalharam pelo interior do estado, a São Paulo coube o privilégio de abrigar a síntese fantástica, em que Waldisa Rússio e sua equipe musealizaram numa estação sem trens - a Estação Ciência, fundamentalmente dedicada em seu projeto original à comunicação científica. Na Estação Ciência as cobras do Butantã, as cortinas da história do bairro da Lapa onde está o museu, os pássaros, com seus ‘cantos da cidade’, as experiências manipuláveis, mas incompreensíveis da física, passaram a dividir o mesmo espaço com os avanços tecnológicos da indústria automobilística.

Retomar mesmo que de forma sucinta aspectos da história dos museus de ciências no Brasil, e particularmente em São Paulo tem entre outros sentidos, o de levantar indagações sobre as contradições que acompanham a comunicação entre público e museu desde os modelos europeus, nos quais os museus brasileiros se inspiraram.

Desde Lamarck, no Museu de Paris, os especialistas de áreas de conhecimento também nos museus, detêm o poder de desenhar e redesenhar as fronteiras entre o que é científico e o que não é. Entre o que são simplificações apropriadas e o que são distorções. As implicações teóricas e metodológicas desse ponto de vista incorporado como inquestionável são profundas e muitas vezes passam despercebidas. Estão enraizadas em noções idealizadas e culturalmente dominantes tanto de um conhecimento científico ‘puro’, objetivo, sancionado, como de uma noção de comunicação que compartilha, dissemina e perpetua estas noções. Este ponto de vista culturalmente aceito incorpora também uma hierarquia epistemológica de saber e poder, em cujo topo estão os ‘verdadeiros’ cientistas, no meio os ‘divulgadores’ de toda ordem - os educadores, mesmo historiadores, sociólogos, os comunicadores e na base o público – escolar ou não - desprovido de qualquer saber ou poder. Particularmente desprovido da possibilidade de exercer qualquer papel criativo e participativo em nível cognitivo, na construção de conhecimentos nos museus.

Nos museus brasileiros renovaram-se os espetáculos, os shows de ciência e os recursos tecnológicos das antigas exposições. Mas se mantiveram as visões tradicionais não questionadoras dos processos de negociação dos saberes. Mantendo hierarquias teóricas há muito conservadas nos museus, pouco se explorou ainda as dimensões cognitivas das relações entre público e museu, do entendimento público das ciências, no que se refere à própria construção do conhecimento. Na verdade ao público, senão se nega o acesso, e na

verdade se reconhece sua importância para justificar a própria manutenção da instituição, muitas vezes sequer se possibilita que elabore suas próprias perguntas, siga sua própria trajetória no interior de um museu. Muitos dos museus brasileiros conservam ainda, melhor do que suas coleções, mecanismos de exclusão de histórias, de pesquisa, de público e de perspectivas educacionais e comunicacionais mais amplas.

Agradecimentos:

Ao prof. Dr. Maurício Compiani pelo incentivo a publicação desse texto e ao CNPq, pelo apoio ao projeto: "Contribuição à História da Museologia na América Latina: o papel educacional dos museus no século XIX" (proc. no. 300994/95-8), em que esse artigo se insere.

Referências bibliográficas

- Kury, L. B. e Camenietzki, C. Z. Ordem e Natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, 1997, p. 56-85.
- Lopes, M. M. A favor da desescolarização do museus. *Educação e Sociedade*, no. 40, dezembro, 1991: 443-455.
- Lopes, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec. 1997.
- Podgorny, I De razón a facultad. Ideas acerca de las funciones del Museo de La Plata en el período 1890-1918, *Runa*, Buenos Aires, 1995, 22: 89-104
- Rússio C. G., W. Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. São Paulo. Dissertação de Mestrado. FESP. 1977.
- Taunay, A. D'E. Resposta à consulta do governo do Estado sobre um projeto de alargamento do Museu, atendendo-se às próximas comemorações do centenário. *Rev. Mus. Paulista* Tomo XII, 1920.

Maria Margaret Lopes é professora no Instituto de Geociências da UNICAMP.